

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em outra forma)

cumprimento de índice financeiro: dívida líquida dividido pelo Ebitda deve ser inferior a 2,8x, apurados semestralmente a partir das demonstrações financeiras da Companhia. Debêntures 3ª emissão - 2ª Série: Em 14 de junho de 2017, a Companhia emitiu 250 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000 totalizando R\$ 250.000 com vencimento em 14 de junho de 2021 e juros de 11,49% do CDI a.a. Esta emissão está sujeita ao seguinte cumprimento de índice financeiro: dívida líquida dividido pelo Ebitda deve ser inferior a 2,8x, apurados semestralmente a partir das demonstrações financeiras da Companhia. Os financiamentos das Companhias junto ao BNDES estão garantidos com a hipoteca da planta fabril no Paraná e na Bahia e do centro de distribuição em São Paulo e na Bahia e sujeitos à cláusula contratual restritiva de cumprimento de indicadores financeiros, relativos às demonstrações financeiras consolidadas, apurados anualmente, com base em balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O índice dívida líquida dividido pelo Ebitda poderá ser de até 2,8x, desde que seja mantido o índice do patrimônio líquido dividido pelo ativo total que deve ser igual ou superior a 20%, caso este não seja mantido, o índice dívida líquida dividido pelo Ebitda poderá ser de até 2,5x. O índice do patrimônio líquido dividido pelo ativo total poderá ser igual ou superior a 15%, desde que seja mantido o índice de dívida líquida dividido pelo Ebitda deve ser inferior a 2,5x, caso este não seja mantido, o índice do patrimônio líquido dividido pelo ativo total poderá ser igual ou superior a 20%. Adicionalmente, o contrato do BNDES prevê que, na hipótese de não atingimento dos indicadores financeiros estabelecidos, as Companhias podem apresentar, em substituição, garantias reais em valor correspondente a, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do valor do financiamento ou da dívida dele decorrente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia está cumprindo com os indicadores financeiros restritivos supracitados acima. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Year, Controladora, Consolidado. Rows: 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 em diante. Totals: 2.213.937 / 2.229.181.

As movimentações de empréstimos e financiamentos estão a seguir apresentadas:

Table with columns: Year, Controladora, Consolidado. Rows: Saldo inicial, Aquisição de controladas (i), Captações, Encargos financeiros, Juros pagos, Variação cambial + SWAP, Liquidações + SWAP. Totals: 2.213.937 / 2.229.181.

(i) Refere-se aos saldos das controladas adquiridas (nota 1.1).

Table with columns: Year, Controladora, Consolidado. Rows: Provisão de participação nos lucros e bônus, Férias a pagar, Encargos sociais, Outras obrigações trabalhistas, Circulante, Não circulante. Totals: 32.148 / 170.964.

(i) As Companhias aderiram ao parcelamento de imposto através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) - MP 783/2017 | Lei nº 13.496/2017.

• IPI - Imposto sobre produtos industrializados; • ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços; • IRPJ - Impostos de renda pessoa jurídica; • CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido; • PIS - Programa de integração social; • COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social.

21. Obrigações comerciais
Compreendem obrigações que a Companhia tem com os clientes pela comercialização de produtos em períodos de campanhas especiais. Para fins de consolidado, a parcela equivalente às obrigações com suas controladas foi eliminada.

22. Provisões, depósitos judiciais e contingências
a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
As Companhias são parte em ações judiciais e processos administrativos, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

Table with columns: 2018, 2017, 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Tributárias (ii), Trabalhistas (iii), Cíveis (iv), Circulante, Não circulante. Totals: 4.026 / 19.626.

(i) Referem-se aos saldos de provisões líquidas dos depósitos judiciais relacionados com as mesmas ações judiciais contabilizadas. (ii) Tratam-se de processos de ICMS. No exercício de 2018 houve pagamento de processo. (iii) Consistem, principalmente, de reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos principais são: horas extras, diferenças salariais, danos morais e materiais, com decisão e remota possibilidade de reforma da decisão, bem como possibilidade de execução provisória pelo reclamante. (iv) Incremento referente a novos processos que são substancialmente processos de inscrição indevida por fraude em cadastro de revendedora, além de demandas provenientes de reclamações por atraso ou não entrega de produto.

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Saldo em 1º de janeiro de 2017, Constituições, Reversões, Atualizações monetárias. Totals: 360 / 5.887.

(i) Referem-se aos saldos de provisões líquidas dos depósitos judiciais relacionados com as mesmas ações judiciais contabilizadas. (ii) Tratam-se de processos de ICMS. No exercício de 2018 houve pagamento de processo. (iii) Consistem, principalmente, de reclamações movidas por ex-empregados, cujos pleitos principais são: horas extras, diferenças salariais, danos morais e materiais, com decisão e remota possibilidade de reforma da decisão, bem como possibilidade de execução provisória pelo reclamante. (iv) Incremento referente a novos processos que são substancialmente processos de inscrição indevida por fraude em cadastro de revendedora, além de demandas provenientes de reclamações por atraso ou não entrega de produto.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Saldo em 31 de dezembro de 2017, Constituições, Reversões, Atualizações monetárias. Totals: 3.950 / 18.001.

Os depósitos judiciais relacionados com as contingências possíveis e remotas estão demonstradas a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Tributários, Cíveis, Trabalhistas. Totals: 63.841 / 67.203.

As Companhias possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus assessores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Tributária (i), Trabalhista (ii), Cível. Totals: 796.817 / 480.632.

(i) Trata-se de discussões de processos administrativos e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL e ICMS. O aumento refere-se a novo processo de IRPJ e CSLL. (ii) Consistem, principalmente, de reclamações movidas por ex-empregados próprios e de terceiros com pedido de responsabilidade subsidiária/solidária, cujas avaliações envolvem um menor risco de perda.

23. Outros passivos

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Provisão mídias e promoções, Provisão complemento ICMS, Provisão dos tributos sobre perdas de estoques, Fretes a pagar, Aluguel de lojas, Provisões programa fidelidade (i), Comissões e prêmios, Adiantamento de clientes/cartão presente, Repartição de benefícios - Biodiversidade, Provisões com temporários, Adiantamento para exportação, Adiantamento de aquisição de veículos, Royalties a pagar, Outros passivos. Totals: 46.076 / 93.312.

(i) Referem-se a provisões de descontos que serão concedidos na troca de pontos acumulados no programa fidelidade.

24. Patrimônio líquido
a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social, inteiramente subscrito e integralizado foi R\$ 49.833, dividido em 49.833.390 ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

b. Reserva de capital
Refere-se, substancialmente, a ágio na emissão de ações em decorrência da variação entre o preço de emissão e o valor nominal das ações emitidas em 2012.

c. Ajuste de avaliação patrimonial
Refere-se principalmente a perda de participação no acervo de controladas.

d. Reservas de lucros
Reserva de subvenção para investimentos
Refere-se aos incentivos e benefícios fiscais obtidos pelas Companhias, decorrentes das operações realizadas.

Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado no exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 2018 e 2017 não foi destinada parte do lucro líquido para formação da reserva legal, devido a essa reserva já estar constituída de acordo com a faculdade do artigo 193 - § 1º da Lei 6.404/76.

Reserva de prêmio na emissão de debêntures
A Companhia emitiu debêntures, constituindo reserva de prêmio na emissão de debêntures que foi amortizado de acordo com a taxa efetiva da transação até maio de 2017. O saldo desta reserva em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi R\$ 455.000.

Retenção de lucros
A retenção de lucros referente ao exercício 2018 foi R\$ 417.303 (R\$ 8.3740 por ação) e será deliberada pelos acionistas em 2019. Em 2017 foi R\$ 405.468 (R\$ 8.1365 por ação).

e. Dividendos e juros sobre o capital próprio
São reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, na data em que são aprovados pelos acionistas. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido. Para fins fiscais, estes foram tratados como despesa financeira, reduzindo a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido considerando, principalmente, o ajuste da importância destinada no exercício, à constituição da reserva legal. O dividendo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando a Assembleia Geral deliberar, sem oposição de qualquer dos acionistas presentes, a distribuição de dividendos em percentual inferior aos referidos 30% (trinta por cento) ou mesmo a retenção integral do lucro. O estatuto social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais e intermediários e, com base neles, a Diretoria autoriza a distribuição de dividendos intercalares, mediante aprovação pelo Conselho de Administração. Não houve distribuição de dividendos referentes ao lucro líquido dos exercícios de 2018 e 2017. Os juros sobre capital próprio foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Lucro líquido do exercício, Retenções, Reserva de subvenção para investimentos, Reserva de prêmios na emissão de debêntures, Base de cálculo dos juros sobre capital próprio, Juros sobre o capital próprio, Total de juros sobre o capital próprio, Total transferido para reserva de lucros. Totals: 417.303 / 405.468.

Em 2018 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 81.384.

25. Receita operacional, líquida
A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito desta aplicação inicial está descrito na nota explicativa 3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação desta norma, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é composta da seguinte forma:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Receita bruta, Receita operacional, líquida. Totals: 3.531.290 / 4.305.307.

26. Custos e despesas por natureza
Os custos e despesas por natureza têm a seguinte composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Produtos para revenda, Salários, encargos e benefícios, Matérias-primas e outros produtivos, Fretes e correios, Serviços de terceiros, Marketing, Depreciação e amortização, Amostras e produtos, Aluguel, Materiais em geral, Serviço de pesquisa e desenvolvimento, Manutenção, Doações e contribuições, Viagens, Treinamentos, Reversão (perda estimada) com créditos de liquidação duvidosa, Outras, Custo dos produtos vendidos, Com vendas, Gerais e administrativas. Totals: 2.912.468 / 3.427.895.

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
As outras receitas e despesas operacionais têm a seguinte composição:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Receita avaliação a valor justo (nota 14d), Aluguel, Doações e amostras, Benefícios fiscais, Crédito de impostos - ação judicial e extemporâneo, Perdas de estoque (i), ICMS-ST (ii), Baixa imobilizado, PIS e COFINS sobre outras receitas, Outras receitas (despesas) operacionais. Totals: 93.102 / 14.204.

(i) Referem-se às perdas efetivas de estoque e também constituição e reversão de estimativa para perdas de itens com prazo de validade e/ou comercialização expirados, com baixo giro de estoque e itens obsoletos. (ii) Refere-se ao pagamento de ICMS-ST de anos anteriores.

28. Resultado financeiro
As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros e variações monetárias e cambiais.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: Despesas financeiras, Despesa com antecipação de recebíveis, Despesa operação debêntures, líquida, Encargos sobre empréstimos e financiamentos, Despesas bancárias, Descontos concedidos, Despesas comerciais, Atualização contas a pagar por aquisição de investimentos, Juros pagos, Atualização monetária de impostos, IOF, Encargos financeiros sobre vendas a prazo, Outras despesas financeiras. Totals: 342.377 / 326.924.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Receitas financeiras, Juros recebidos, Rendimento com aplicações financeiras, Encargos financeiros, Ajuste a valor presente, Receitas comerciais, Outras receitas financeiras. Totals: 14.100 / 96.247.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Variações cambiais, Ativa, Financiamentos, Fornecedores, Outras operações, Passiva, Financiamentos, Fornecedores, Outras operações. Totals: 6.625 / 48.667.

29. Plano de benefícios pós-emprego
As Companhias são patrocinadoras da Boticário Prev- Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em 20 de dezembro de 1995, com objetivo de complementar, total ou parcialmente, as prestações asseguradas pela Previdência Social aos seus participantes e beneficiários, nos termos e condições previstas no Estatuto e no Regulamento do Plano de Benefícios da presente Sociedade. O Plano de Previdência, de modalidade Contribuição Definida, é ofertado a todos os empregados das Patrocinadoras que tem a opção de aderir ou não; e as Companhias realizam aportes financeiros de coparticipação apenas na proporção de empregados participantes, conforme Regulamento do Plano. No exercício de 2018 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 689 (R\$ 1.567 em 2017).

30. Cobertura de seguros
As Companhias possuem apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do País, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguro. As principais coberturas de seguro são:

Table with columns: Risco coberto, 2018, 2017. Rows: Máquinas, móveis e utensílios, Estoques e alomoxarifados (i), Prédios e instalações, Lucros cessantes, Veículos, Responsabilidade civil (D&O), Responsabilidade civil, Responsabilidade civil Profissional, (i) Os estoques estão segurados pela apólice de seguro franquia e pela apólice de seguro de lojas próprias. Estas apólices cobrem estoques, itens de padronização de loja, equipamentos de informática e para alguns casos a edificação. O modelo destas apólices de seguro é blanket, portanto os valores segurados variam mês a mês. Para a apuração dos valores de estoques das lojas é utilizado um cálculo baseado na média de vendas dos últimos 12 meses anteriores a renovação da apólice ou pela classe de franquias para as lojas que foram incorporadas após a renovação da apólice.

31. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa
A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows: 2018, 2017, 2018, 2017. Rows: Itens não caixa, Integralização de adiantamento na aquisição de controlada, Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital social de controlada, Contas a pagar por aquisição de investimentos, Ativos não circulantes mantidos para venda. Totals: 253.353 / -.

32. Evento subsequente
Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia incorporou o acervo líquido contábil, no montante de R\$ 104.635, correspondente ao patrimônio líquido das Companhias MRL2 Participações Ltda., DMW Participações Ltda., Vult Comércio de Cosméticos Ltda., MRAC Comércio de Cosméticos Ltda., MD Comércio de Cosméticos Ltda., MD Rio Comércio de Cosméticos Ltda., MD Cuiabá Comércio de Cosméticos Ltda. e MD Store Comércio e Distribuição de Cosméticos Ltda. Esta reorganização societária faz parte da estratégia que tem como objetivo a redução de custos administrativos e financeiros, bem como otimizar a gestão dos negócios.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores da
Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cálamo Distribuidora de Produtos de Beleza S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios

Veja as notas explicativas 1.1 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - *Principais assuntos de auditoria* - No exercício corrente a Companhia adquiriu empresas que atuam no segmento de comercialização de produtos de cosméticos, perfumaria e higiene pessoal. Tal transação requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva de controle, o valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e o ágio por expectativa de rentabilidade futura na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam determinadas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido à relevância dos valores, à complexidade, grau de julgamento das premissas utilizadas nas referidas mensurações e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. *Como auditoria endereçou esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do contrato que formalizou a combinação de

negócios e análise dos documentos que formalizaram a transação, tais como contratos e atas; (ii) análise do contrato e laudo de avaliação que fundamentou a determinação da data de aquisição de controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura na operação; (iii) com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia na determinação e adequado reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração do ágio por rentabilidade futura, com base em nosso conhecimento sobre as companhias e indústrias em que operam, e comparamos os cálculos realizados com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo. (iv) avaliação da análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados; (v) recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado na operação; e (vi) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas 1.1 e 14. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o reconhecimento e divulgação da combinação de negócios no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 15 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

ÚLTIMA

25584/2019

A história do Paraná passa por aqui.

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

